

PROJETO DE LEI N.º 3.326, DE 2023

(Do Sr. Jeferson Rodrigues)

Dispõe sobre a perda de benefícios sociais para condenados por abuso sexual contra crianças e adolescentes.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-2556/2021.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , de 2023

(Do Sr. Jeferson Rodrigues)

Dispõe sobre a perda de benefícios sociais para condenados por abuso sexual contra crianças e adolescentes.

O Congresso Nacional decreta:

- **Art.** 1º Ficam suspensos ou impedidos, para indivíduos condenados em trânsito em julgado por crimes sexuais contra crianças e adolescentes, os benefícios sociais a seguir elencados:
 - I Auxílio-doença
 - II Salário-maternidade/paternidade
 - III Programas de transferência de renda ou assistência social
- **Art. 2º** O bloqueio dos benefícios se dará de maneira automática a partir do momento da comunicação da autoridade judiciária aos órgãos federais competentes sobre o trânsito em julgado da condenação a qual trata o art. 1º.
 - Art. 3º Os benefícios suspensos poderão ser restabelecidos se:
- I o condenado ter para si concedidos os benefícios da reabilitação penal, nos termos dos artigos 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940;
- II posteriormente lhe sobrevier sentença favorável em ação de revisão criminal, nos termos do artigo 621 do Decreto Lei nº 3.689 de 03 de Outubro de 1941.
 - **Art.** 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICATIVA

O combate severo ao abuso infantil é de extrema importância devido às consequências devastadoras que essa forma de violência pode ter sobre as crianças e a sociedade como um todo.

O abuso infantil pode causar danos físicos, emocionais e psicológicos graves nas crianças. Eles podem sofrer lesões físicas, traumas psicológicos, dificuldades de desenvolvimento, baixa autoestima, problemas de saúde mental e comportamentos autodestrutivos. Combater o abuso infantil é uma maneira crucial de proteger o bem-estar e a segurança das crianças.

Atingir diretamente o bolso do abusador fará com que ele pense e reflita antes de cometer uma atrocidade, benefícios que farão falta e impactara imediatamente sua qualidade de vida.

Em resumo, a importância de combater o abuso infantil não pode ser ignorada. É uma questão que afeta a todos nós e requer uma ação decidida e imediata. Ao proteger as crianças, interromper o ciclo de violência, promover a justiça e assumir a responsabilidade coletiva, podemos criar um mundo mais seguro e acolhedor para as gerações futuras.

Sala das Sessões, em de de 2023

Deputado JEFERSON RODRIGUES

Republicanos/GO







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

DECRETO-LEI Nº	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.le i:1940-
2.848, DE 7	<u>12-07;2848</u>
DE DEZEMBRO DE	
1940	
Art. 93, 94	
DECRETO-LEI Nº	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/19401949/decreto-
3.689, DE 3	lei-3689-3-outubro-1941-322206-normape.html
DE OUTUBRO DE 1941	
Art. 621	

FIM	DO	DOCUMENTO)
ГШ	$\boldsymbol{\nu}$	DOCUMENT	,